

UMA ANÁLISE REGIONAL SOBRE AS CRISES DE 1857 E 1860: OS EFEITOS NA PROVÍNCIA DA BAHIA

Marcos Guedes Vaz Sampaio¹

RESUMO

A Província da Bahia enfrentou duas crises econômicas no intervalo entre 1857 e 1861. A primeira teve origem nos Estados Unidos e se disseminou pelo sistema internacional, afetando o conjunto da economia brasileira. A segunda ocorreu no Brasil como resultado da reversão da política monetária pluriemissionista do governo imperial. O quadro regional ainda foi agravado por um período de seca que perdurou por quatro anos, prejudicando sobremaneira o setor de subsistência. Os desdobramentos de um cenário tão complexo se fizeram sentir sobre os diversos setores da atividade econômica, impactando a agropecuária, o incipiente setor industrial, o comércio e os serviços no país e, em destaque, na Província da Bahia. O presente artigo cumpre o papel de fazer uma análise regional deste importante período para a história econômica mundial e brasileira focando nos efeitos sobre a economia baiana.

Palavras-chave: Bahia; Crise econômica; Economia regional.

A REGIONAL ANALYSIS OF THE 1857 AND 1860 CRISES: THE EFFECTS ON THE BAHIA PROVINCE

ABSTRACT

The Bahia Province faced two economic crises in the range between 1857 and 1861. The first originated in the United States and spread by the international system, affecting the Brazilian economy. The second occurred in Brazil as a result of the reversal of monetary policy of the imperial government. The regional framework was further exacerbated by a drought that has lasted for four years, greatly harming the subsistence sector. The consequences of such a complex scenario were felt on the various sectors of economic activity, impacting agriculture, the incipient industry, trade and services in the country and highlighted in the Province of Bahia. This article has the role to make a regional analysis of this important period for the global and Brazilian economic history focusing on the effects on the Bahian economy.

Keywords: Bahia; economic crisis; regional economy

JEL: N96

1 INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XIX começou de maneira alvissareira para o conjunto da economia brasileira, influenciada pelo fim do tráfico de escravos e o deslocamento dos capitais antes invertidos no negócio do comércio transatlântico de cativos para outras atividades, contribuindo para a sua diversificação. O país

¹ Doutor em História Econômica (USP) e economista (UFBA). Professor do Instituto de Humanidades Artes e Ciências (IHAC) e do Programa da Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI), ambos pertencentes à Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: mguedesihac@gmail.com

começou a vivenciar a proliferação de casas comerciais, estabelecimentos bancários, surgimento de novos serviços, como o telégrafo e a iluminação a gás, bem como a ampliação da modernização nos transportes com a navegação a vapor e as ferrovias. O estreitamento das relações econômicas com a Grã-Bretanha explicam parte considerável dessa mudança de cenário, uma vez que os ingleses haviam se tornado ferrenhos opositores do tráfico de escravos, combatendo os navios negreiros, inclusive aprisionando-os em águas brasileiras. As resistências nacionais à pressão britânica foram amainando e, por fim, no ano de 1850, precisamente na metade do século XIX, o tráfico foi abolido com a promulgação da conhecida Lei Eusébio de Queiroz. As inversões inglesas no Brasil se avolumaram, imiscuindo-se pelos mais diversos setores da estrutura produtiva e de serviços.

A Província da Bahia, igualmente, colhia os frutos dessa ampliação das relações econômicas, iniciando, timidamente, uma modernização de sua economia e, sobretudo, de sua capital. Alguns fatores, contudo, frearam o avanço da amplificação e diversificação da economia provincial. Inicialmente, a epidemia de cólera-morbo, que atingiu a Província da Bahia no ano de 1855, vitimando, aproximadamente, vinte mil pessoas. Em seguida, no ano de 1857, uma seca de grandes proporções teve início, provocando uma significativa queda na produção de gêneros alimentícios. Neste mesmo ano, eclodiu nos Estados Unidos uma crise que alcançou as principais praças do mundo, como Londres e Hamburgo, que mantinham estreitas relações comerciais com o Brasil. Os efeitos dessa crise impactaram a economia brasileira no início do ano de 1858, levando ao aumento substancial no número de falências, disseminando em seguida, seus efeitos sobre as demais províncias. A Bahia sentiu seus efeitos durante os anos de 1858 e 1859, período em que a instabilidade da política pluriemissionista chegou a níveis temerários, o que provocou uma reação do governo imperial, mudando abruptamente a política monetária, adotando uma abordagem mais tradicional e restritiva.

De um ambiente de abundância de crédito e papéis de origem duvidosa, para outro de restrição ao crédito e de maior controle da emissão de moeda num curto espaço de tempo, a economia baiana se viu asfixiada e a derrocada foi profunda, levando a um novo momento de quebra de bancos, casas comerciais e pânico. A Província da Bahia só se recuperou desse período conturbado com o advento da

Guerra de Secessão nos Estados Unidos no ano de 1861, momento em que a produção de exportação baiana se favoreceu da redução das exportações estadunidenses para ampliar seu mercado internacional.

O presente artigo pretende analisar, portanto, este período de turbulência econômica nos cenários internacional e doméstico, e seus efeitos significativos sobre a economia da Província da Bahia. Para cumprir este objetivo, o trabalho foi estruturado em duas partes, além desta introdução e das considerações finais. A primeira parte versa sobre a crise internacional de 1857 e seus efeitos sobre a Província da Bahia em um momento em que esta atravessava uma importante estiagem. A segunda parte se debruça sobre a crise que se abateu sobre a Província da Bahia em 1860, fruto da reversão da política monetária imperial, antes amparada na tese da pluralidade de instituições emissoras, mas que se tornou restritiva, centralizando a função da emissão no Banco do Brasil.

2 A CRISE INTERNACIONAL DE 1857 NA PROVÍNCIA DA BAHIA

A crise internacional de 1857 teve origem na economia estadunidense após um período favorável que esta experimentara, fruto, principalmente, da descoberta de ouro na Califórnia e da adoção de uma política de expansão monetária e creditícia por parte do governo. A amplificação da fronteira produtiva para o Oeste levou a uma valorização das terras, à medida que avançavam as linhas férreas e os preços dos grãos se elevavam no mercado internacional, sobretudo em função da interrupção da oferta russa, maior produtora mundial de grãos, envolvida na Guerra da Criméia (1853-1856).

O momento favorável deu lugar a um exagerado otimismo que se refletiu na valorização das ações na Bolsa de Valores de Nova York, em destaque os papéis das companhias ferroviárias, que aproveitaram o momento para ampliar seus investimentos e abrir novas linhas no país. O *boom* econômico dos Estados Unidos, contudo, era assentado em bases frágeis, uma vez que, a despeito dos progressos em curso no país, tanto no setor agropecuário, quanto nos setores industrial e de comércio e serviços, o movimento dinâmico positivo se baseava no recrudescimento das relações comerciais internacionais fortemente atreladas ao momento conturbado que a Rússia enfrentava. O fim do conflito permitiu a retomada da produção russa e de suas exportações, inundando o mercado mundial com sua oferta de grãos e a

consequente queda dos preços, impactando sobremaneira a rentabilidade do setor nos Estados Unidos.

Evans (1969, p. 115-116) demonstrou que algumas das mercadorias principais para o mercado interno estadunidense sofreram quedas significativas de preços, como a farinha, cujo barril, que no mercado de Nova York custava entre US\$ 9,00 e US\$ 9,38 no ano de 1855, caíra para valores entre US\$ 4,20 e US\$ 4,70 no ano de 1858, durante o ápice da crise, ou seja, uma diminuição que variou entre 50% e 53,3%. O alqueire do milho, produto tradicional na culinária norte-americana, experimentou uma redução igualmente expressiva. No ano de 1855, seu preço, no mercado de Nova York, oscilava entre US\$ 1,38 e US\$ 1,40, em 1858, os valores desceram para uma variação entre US\$ 0,53 e US\$ 0,66, o que representa uma diminuição entre 53% e 61,6%.

A onda deflacionária atingiu a economia doméstica estadunidense com efeitos severos sobre o setor primário, mas com desdobramentos substanciais sobre o conjunto da estrutura produtiva e de comércio e serviços. A redução da rentabilidade na agricultura provocou uma retração nas inversões nas companhias férreas, que cresciam e captavam recursos, principalmente, assentadas no momento favorável experimentado pelo setor agrícola. A consequência mais imediata foi a redução no fluxo migratório para o oeste e a desvalorização das terras, com reflexos importantes sobre o desempenho financeiro das ferrovias (MAURO, 1976; PRADA, 1978). O quadro era mais complexo por que o governo dos Estados Unidos ampliara a base monetária nacional por meio de uma política monetária de descentralização da faculdade emissora, permitindo que bancos privados também emitissem papel-moeda em outros pontos do território norte-americano. A opção por essa política, na leitura do governo, encontrava justificativa nas dimensões continentais do país e na necessidade de amplificar a liquidez num momento econômico favorável, o que poderia resultar num aumento dos investimentos, aquecendo a demanda doméstica e robustecendo o mercado interno.

A deflagração da crise levou a um movimento de recusa, por parte dos bancos do leste, da moeda emitida nos bancos do oeste, epicentro da depressão econômica. A incerteza gerada por esse decisão dos estabelecimentos bancários do leste somente serviu para reforçar o quadro de instabilidade e desaquecer ainda mais os movimentos no mercado de capitais, impactando sobremaneira as

empresas ferroviárias. O recrudescimento desse movimento levou à falência de uma das principais companhias de seguros do oeste, a *Ohio Life Insurance and Trust Company*, em agosto de 1857. Empresa com íntima ligação com o setor ferroviário, sua quebra levou pânico ao mercado financeiro, provocando uma corrida desenfreada que culminou com a eclosão da crise de 1857, também conhecida como “*The panic of 1857*” (CALOMIRIS; SCHWEIKART, 1991).

A crise gerou uma retração forte no volume total de moeda em circulação no país, declinando de US\$ 457.069.000,00 no ano de 1857, para US\$ 408.810.000,00 no ano de 1858, representando uma redução de cerca de 11%. Em 1859, o montante total já mostrava sinais de recuperação, chegando a US\$ 438.968.000,00 (U.S. BUREAU OF THE CENSUS, 1949, p. 274). As exportações, por seu turno, diminuíram de US\$ 362.961.000,00 para US\$ 324.644.000,00 no mesmo período, o que significa uma queda de 10,5%. No ano de 1859, outrossim, evidenciava uma recuperação, alcançando US\$ 356.789.000,00. As importações apresentaram uma redução mais expressiva, saindo de um montante de US\$ 360.890.000,00 para US\$ 282.613.000,00, ou seja, um declínio aproximado de 22%. A necessidade de recomposição da economia estadunidense levou a um aumento na importação de ouro, que fora de US\$ 6.655.000,00 no ano de 1857, mas que subiu a US\$ 11.566.000,00, representando um acréscimo de, aproximadamente, 74% (U.S. BUREAU OF THE CENSUS, 1949, p. 244). As taxas de juros subiram de 60% para estratosféricos 100% ao ano! O número de falências bancárias, por sua vez, alcançou a 1.415 em todo o território estadunidense no pico da crise (KINDLEBERGER; ALIBER, 2013, p. 131).

A crise norte-americana se tornou internacional ao se espalhar pelas principais economias do sistema mundial. Os primeiros mercados de relevância para o conjunto da economia-mundo oitocentista atingidos pela crise foram Londres e Hamburgo. O papel central que estas praças desempenhavam para a dinâmica das relações econômicas na segunda metade do século XIX, bem como a existência de laços mercantis e financeiros íntimos com os agentes econômicos estadunidenses explicam a primazia dos efeitos deletérios da depressão norte-americana atingirem seus mercados. Como um efeito cascata sobre os demais mercados do sistema-mundo capitalista em expansão, seus desdobramentos também alcançaram os países periféricos, produzindo danos substanciais sobre o conjuntos das economias

latino-americanas, africanas e asiáticas, se tornando, segundo Roubini e Mihm (2010), a segunda crise de proporções internacionais da história do capitalismo. A primeira ocorrera em 1825 e, embora, tenha atingido diversos países ao redor do mundo, sua abrangência e impacto não foram tão significativas.

O Brasil, enquanto nação periférica do sistema internacional oitocentista, começou a sofrer os efeitos da crise internacional de 1857 em novembro daquele ano. Credores norte-americanos e europeus, em destaque os britânicos, em função de sua maior aproximação e influência sobre a economia brasileira, pressionaram os agentes econômicos domésticos para que quitassem suas dívidas, o que resultou numa saída expressiva de moedas metálicas do Brasil, chegando ao cúmulo, segundo Mont'alegre (1972, p. 147-148), da retirada de mercadorias como pagamento. A saída de cambiais do país foi bastante significativa, como relata Guimarães (2013, p. 241-242):

A crise de 1857 significou uma interrupção de uma prosperidade em termos mundiais, até então sem precedentes. Preocupados com a repercussão da crise no Brasil, os credores ingleses passaram a pressionar o governo, exigindo não só que os débitos fossem soldados imediatamente, além de suspenderem a concessão de prazos adicionais, o que na prática funcionava como um "roll over da dívida". Em virtude da adoção do padrão-ouro pelo Brasil, com a Reforma Monetária de 1846, essa pressão significou uma saída líquida de moeda, já que a conversibilidade do papel-moeda funcionava para os credores como uma garantia para os momentos de crise. Não foi por outra razão, que a saída líquida de moeda, no caso, representada pela remessa de cambiais em 1857, chegou a ser 76% maior do que em relação ao ano de 1856.

Uma análise um pouco mais detida sobre a remessa de cambiais no período, mostra como os movimentos de repatriamento de capitais foram bastantes expressivos em três das principais províncias do império na época: Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. No caso do Rio de Janeiro, no ano de 1856, foram enviados a Londres 403.241 libras, montante que aumentou para 685.000 no ano seguinte, o que significa um crescimento aproximado de 70%. Na Província da Bahia, o volume remetido a Londres saltou de 95.000 para 145.000, ou seja, um aumento de 52,6%. Pernambuco, por sua vez, experimentou um recrudescimento de 196,6%, ou seja, de um montante de 40.000 repatriado a Londres em 1856, subiu para 118.650 em 1857 (GUIMARÃES, 2013, p. 242).

Os dados sobre a balança comercial brasileira no período entre 1856 e 1861² ajudam a compreender os efeitos da crise de 1857 sobre a economia nacional. As exportações, que apresentaram um bom desempenho entre os anos de 1856 e 1857, evidenciam uma queda profunda no período entre 1857 e 1858, justamente quando a crise atinge a economia brasileira. O declínio foi de, aproximadamente, 16% no valor das exportações. Cumpre ressaltar que isto ocorreu mesmo com um processo de desvalorização cambial em curso no país, o que deveria ajudar o setor exportador. No exercício seguinte, entre 1858 e 1859, as exportações experimentaram uma recuperação, no momento em que as desvalorizações do câmbio se acentuaram e os efeitos da crise se deslocaram para as províncias mais distantes, arrefecendo na capital do Império. Por fim, no período entre 1859 e 1861, as exportações se recuperaram da crise internacional ancoradas no aumento dos preços internacionais do café (PELÁEZ; SUZIGAN, 1981, p. 100), levando, desse modo, ao resultado mais expressivo no exercício de 1860-1861.

O déficit da balança comercial aumentou no epicentro da crise, para em seguida diminuir, chegando a setenta contos de réis em 1859-1860, melhor resultado dentro do intervalo em análise. A desvalorização da moeda nacional contribuiu de maneira fundamental para a melhoria do saldo da balança comercial, mesmo em um momento de crise. Para se ter uma ideia, a depreciação cambial frente a libra foi de 27 dinheiros esterlinos por mil-réis para 25,5 em novembro de 1857. Em março de 1858, o câmbio desceu ainda mais, chegando a 22,75 dinheiros esterlinos por mil-réis (PELÁEZ; SUZIGAN, 1981, p. 88-91). Segundo o IBGE (1990, p. 568), a taxa de câmbio implícita³ variou de 8\$711 réis no exercício de 1856-1857 para 9\$302 entre 1860 e 1861, implicando numa desvalorização cambial de 6,8%.

² Este intervalo foi escolhido por abranger o período imediatamente anterior a eclosão da crise de 1857 e o período imediatamente posterior à depressão de 1860, permitindo, desse modo, avaliar os primeiros impactos que os dois eventos produziram.

³ Valor do comércio exterior medido pela soma entre as exportações e importações em moeda nacional, dividido pelo valor em libras (IBGE, 1990, p. 568).

Tabela 1 - Desempenho da balança comercial do Brasil (1856-1861) (contos de réis)

Período	Exportações	Importações	Saldo
1856-1857	114.547	125.227	-10.680
1857-1858	96.247	130.440	-34.193
1858-1859	106.843	127.723	-20.880
1859-1860	112.958	113.028	-70
1860-1861	123.171	123.720	-549

Fonte: IBGE, 1990, p. 568.

Uma das consequências da crise de 1857 foi o quadro de escassez monetária no país, resultando no pânico que se traduziu em corridas ao Banco do Brasil e, em sequência, aos demais estabelecimentos bancários. Segundo Mont'alegre (1972, p. 147), somente no Rio de Janeiro, capital do Império, ocorreram 139 falências entre os anos de 1857 e 1858. O Banco do Brasil, por exemplo, possuía 10.400:000\$000 réis no final do ano de 1856, no final do ano de 1857 esse montante caíra para 6.800:000\$000, o que representava uma redução de, aproximadamente, 35% de estoque monetário em poder do Banco do Brasil (IBGE, 1990, p. 528).

A combinação de elementos internos e externos durante os anos de crise contribuiu para aquecer o debate entre papelistas, defensores da pluralidade de bancos emissores de papel-moeda no país, e metalistas, que advogavam em defesa da centralização emissionista no Banco do Brasil. A atribuição a fatores exógenos como responsáveis pelos efeitos deletérios sobre o conjunto da economia nacional era o argumento dos papelistas, entre eles, o Barão de Mauá. O relatório do Banco do Brasil do ano de 1858, reforçou o entendimento de Mauá, ao afirmar que o seu fundo disponível foi seriamente ameaçado, sofrendo, num intervalo de dez meses, o desfalque de 4.174:123\$847 e que este podia aumentar pelos pedidos de remessa por parte de credores de outros mercados em crise (MONT'ALEGRE, 1972, p. 147). Em oposição à análise dos papelistas, os metalistas imputavam a culpa, exclusivamente, à política pluriemissionista do governo brasileiro, que resultara num quadro de instabilidade monetária e desvalorização cambial (MONT'ALEGRE, 1972; PELÁEZ; SUZIGAN, 1981).

Uma análise cautelosa e distante dos eventos permite concluir que os dois grupos tinham alguma razão nos seus argumentos. Os papelistas estavam certos ao atribuir responsabilidade à crise internacional de 1857 pelo quadro recessivo que se

instalou no Brasil no período, uma vez que as principais praças do sistema internacional atravessaram um período de profundas dificuldades, com falências, pânico e quedas em suas bolsas de valores. O que demonstra não ser uma mera coincidência que a economia brasileira também estivesse enfrentando dificuldades na mesma época. No entanto, os metalistas, liderados pelo sucessor de Souza Franco no Ministério da Fazenda, Salles Torres Homem e, posteriormente, por Silva Ferraz, também tinham razão ao responsabilizar a temerária política monetária expansionista em sua capacidade emissora, como elemento importante para o recrudescimento da crise. Em suma, o Brasil atravessaria um momento de crise independentemente da política monetária adotada, por causa da débâcle internacional, porém, pode-se afirmar que a depressão econômica teria sido menos dramática, se a política monetária fosse mais conservadora.

A Província da Bahia, como não poderia deixar de ser, também sofreu os efeitos da crise de 1857. Neste caso, agravados pela ocorrência de uma seca de grandes proporções que atingiu a economia de subsistência. Assim como ocorreu no Brasil em geral, os desdobramentos da débâcle internacional se somaram a elementos endógenos, tanto em relação à estiagem na província, quanto em relação às consequências internas da política pluriemissionista. O desempenho da balança comercial da Província da Bahia no período entre 1856 e 1861 é um importante indicador para a análise da economia doméstica e seu intercâmbio internacional diante de um cenário tão complexo.

Tabela 2 - Desempenho da balança comercial da Província da Bahia (1856-1861)

Período	Exportações	Importações	Saldo
1856-1857	17.863:374\$	20.296:371\$	-2.432:997\$
1857-1858	13.419:612\$	19.679:530\$	-6.259:918\$
1858-1859	15.465:592\$	19.461:441\$	-3.995:849\$
1859-1860	10.822:944\$	16.205:959\$	-5.383:015\$
1860-1861	8.422:986\$	14.107:540\$	-5.684:554\$

Fonte: BAHIA, 1978. Tabela adaptada pelo autor.

Os números apresentados na tabela acima evidenciam os impactos do período de depressão econômica que a Província da Bahia atravessou, sobretudo entre os anos de 1857 e 1858 e, outrossim, os anos de 1860 e 1861. A queda nas exportações em decorrência da crise internacional de 1857 foi de,

aproximadamente, 25% em relação ao exercício de 1856-1857. Como as importações declinaram muito pouco neste período, isto é, cerca de 3%, o déficit na balança comercial cresceu de maneira substancial, alcançando 157%! Durante o período entre 1858 e 1859, por sua vez, o resultado das exportações ensaiou uma recuperação, minimizando o déficit da balança comercial, uma vez que, o comportamento das importações permaneceu praticamente inalterado. Por fim, uma nova queda nas exportações, ainda mais expressiva, no exercício entre 1859 e 1860, seguida de outra no exercício seguinte, tiveram relação direta com a crise de 1860, que será analisada no próximo tópico.

É importante destacar que a análise do desempenho da balança comercial da Província da Bahia neste período, assim como mencionado anteriormente em relação à economia brasileira em geral, levou em consideração as sucessivas desvalorizações cambiais resultantes, sobretudo, da expansão da oferta monetária nacional em virtude da política pluriemissionista do governo imperial. Este quadro de depreciação monetária deveria contribuir para o incremento das exportações, não para o seu declínio. Como a seca atingiu mais fortemente a economia de subsistência, os resultados da balança comercial foram muito pouco influenciados por seus efeitos, salvo no caso da cultura algodoeira. Este elemento a mais só reforça o argumento de que o comportamento negativo se deu em função das crises, tanto a internacional de 1857, para os primeiros anos da baliza cronológica em tela, quanto a crise interna de 1860, para o período que se inicia no ano de 1859. Torna-se, portanto, fundamental para uma reflexão mais detida sobre esses anos conturbados para a economia baiana, investigar mais a fundo a crise de 1860 na Província da Bahia.

2 A CRISE DE 1860 NA PROVÍNCIA DA BAHIA

Os anos 1850 são conhecidos na historiografia como de hegemonia conservadora ou o “tempo saquarema”, conforme denominou MATTOS (1990). Responsáveis pelo fim do tráfico de escravos e pela criação do Código Comercial do Império do Brasil, promulgado em 25 de junho de 1850 e que está em vigor até os dias atuais (BASILE, 2000), os conservadores lideraram o governo neste importante período de inflexão da História política e econômica brasileira. Esta década inaugurou um momento de diversificação e ampliação dos investimentos no conjunto

da estrutura produtiva doméstica, sobretudo por meio dos movimentos dos capitais outrora direcionados ao intercâmbio escravista. Um dos efeitos dessa medida foi, sem dúvida, a queda significativa na oferta de braços para a lavoura, principalmente a cafeeira, que alçava a liderança na estrutura produtiva nacional.

O desdobramento mais importante a destacar, no entanto, foi o recrudescimento dos setores comercial, industrial e financeiro, bem como a reaproximação com a Inglaterra. As relações entre o Brasil e a Grã-Bretanha estavam estremecidas por causa da pressão britânica pelo fim do comércio de cativos. Uma vez superada essa questão, os investimentos ingleses na economia brasileira aumentaram, merecendo destaque os transportes, com companhias de navegação a vapor e ferrovias, companhias de seguros, serviços públicos e comunicações (PRADO JR., 1986, p. 154). Esse novo momento da evolução econômica brasileira necessitava de um aporte de recursos para sua manutenção e expansão.

O governo norte-americano, como se viu, adotara uma política monetária expansionista pela descentralização da função emissora de papel-moeda, autorizando bancos privados regionais a expandirem o meio circulante, acreditando que esta medida estimularia as inversões, dinamizando a economia interna. O Brasil, após um período inicial nos anos 1850, de ampliação creditícia e dos investimentos na economia nacional, viu sua emissão de moeda, propriedade exclusiva do Banco do Brasil, sofrer uma retração por meio da elevação das taxas de desconto que buscavam o equilíbrio entre a demanda e a oferta de moeda. Como essa medida acarretou enormes prejuízos e reclamações, o ministro da Fazenda, Bernardo de Souza Franco, um liberal contrário ao monopólio de emissão concedido ao Banco do Brasil, autorizou que outras seis instituições bancárias de atuação regional também emitissem meios de pagamentos como notas do Tesouro e moedas metálicas, dando origem ao período pluriemissionista de forte ampliação da base monetária (MONT’ALEGRE, 1972; PELÁEZ; SUZIGAN, 1981). Conforme visto anteriormente, a crise internacional de 1857 alcançou o Brasil neste momento, levando a um período importante de instabilidade econômica, agravado pela nova política monetária brasileira, rompendo com a direção conservadora anterior. Após os resultados desastrosos da economia brasileira como resultado dessa complexa combinação entre crise internacional e orientação monetária, temerariamente,

expansionista, o governo mudou o gabinete do Ministério da Fazenda, retornando a uma liderança conservadora, com a ascensão de Salles Torres Homem ao posto de ministro.

A mudança no comando do ministério levou a uma guinada na política monetária do governo imperial que, entre 1859 e 1860, reviu a orientação liberal anterior, de maior pluralidade emissora de papel-moeda. A nova política, contracionista e tradicional, provocou uma redução no volume de meios de pagamento em circulação. Segundo o IBGE (1990, p. 528), o papel-moeda emitido declinara de 95.100:000\$000 réis em 1857 para 80.700:000\$000 em 1861, o que representava uma diminuição de, aproximadamente, 15%. O papel-moeda em poder do público, caíra de 87.400:000\$000 réis em 1857 para 60.700:000\$000 em 1861, resultando numa redução de 30,5%. O gabinete conservador, sob a liderança de Salles Torres Homem, buscou, por meio do retorno à centralidade do papel emissor, reorganizar o sistema monetário e financeiro do Brasil.

Souza Franco, ministro da Fazenda entre 1857 e 1858, fora o defensor da ampliação dos meios de pagamentos por meio da pluralidade de instituições emissoras. Tal qual ocorrera nos Estados Unidos, conforme visto anteriormente, acreditava-se que essa política contribuiria para animar os negócios e dinamizar a economia brasileira, resultando em progresso e desenvolvimento. Salles Torres Homem e o Visconde de Itaboraí, eram os críticos mais ferrenhos dessa orientação monetária pluriemissionista. De acordo com Lima (1986, p. 163):

Espíritos gozando de grande autoridade na matéria, como Sales Torres Homem e Itaboraí, combateram então a perigosa doutrina perfilhada por Souza Franco e de antemão descreveram o que ia suceder depois do que Itaboraí denominava um “carnaval financeiro”, a saber, o abuso do crédito, a jogatina desenfreada, e desvalorização do papel-moeda do governo, a baixa do câmbio, os prejuízos do comércio legítimo.

Quando Salles Torres Homem ascendeu ao posto de ministro da Fazenda, após o Imperador ter deposto o gabinete anterior em função dos problemas causados pela política monetária exageradamente expansionista, voltou-se para ações que visassem a mitigar seus efeitos. Torres Homem responsabilizava o aumento do estoque de papel-moeda pelos problemas econômicos enfrentados no país, sobretudo o recrudescimento dos preços, a desvalorização cambial e a queda na renda e salários reais. Como primeira medida, cancelou a autorização dada ao

Banco do Brasil para emitir papel-moeda em valor três vezes superior ao fundo disponível. Em 15 de junho de 1859 propôs uma nova lei bancária, atrelando a total conversibilidade das notas do Banco do Brasil ao ouro, concedendo um prazo de três anos para alcançar completamente a meta. Os bancos privados não poderiam emitir acima do limite existente na data do ato legislativo (MONT'ALEGRE, 1972; PELÁEZ; SUZIGAN, 1981).

A rigidez e o conservadorismo excessivos da proposta de Salles Torres Homem recebeu importantes críticas no parlamento brasileiro e entre figuras ilustres, como o Barão de Mauá. A principal crítica era direcionada ao temerário papel inibidor do desenvolvimento econômico nacional pela escassez de meios de pagamento. A amplificação das críticas e os resultados danosos de algumas províncias, como a da Bahia, provocaram uma nova troca de comando na Fazenda. Silva Ferraz, sucedeu a Salles Torres Homem no Ministério da Fazenda, visando a uma conciliação, por meio da adoção de uma proposta menos rígida, mas, também, sem aventuras financeiras, como a recente experiência desastrosa do país demonstrara. Assim, a proposta de Salles Torres Homem foi emendada, surgindo daí a lei bancária e monetária do Brasil, sob o número 1.083, de 22 de agosto de 1860. Por meio dela, buscava-se criar um sistema monetário que fornecesse ao mesmo tempo, condições para o crescimento econômico, mas preservando a estabilidade de preços (MONT'ALEGRE, 1972; PELÁEZ; SUZIGAN, 1981; MATTOS, 2011).

Os impactos dessa política, a despeito de arrefecerem os efeitos anteriores, não resolveram a crise de escassez de crédito, como era o caso da Província da Bahia. O vice-presidente da Província da Bahia, José Augusto Chaves, assim se pronunciou sobre o assunto em sua fala de 01 de setembro de 1861⁴:

O credito é o elemento que une o capital ao trabalho, e determina a produção da riqueza. O capital sendo susceptível de acumulação, entretanto que o trabalho não o é, nem uma produção activa pode haver sem o crédito; que existe desde a origem das sociedades, ao menos debaixo das formas mais elementares. Quanto mais desenvolvido é o credito, menos terras incultas, ou mal cultivadas existem, menos capitaes inertes, ou braços desocupados, e consequentemente mais riquezas creadas, e por virtude d'estas o bem-estar de todas as classes.

⁴ FALLA que recitou o Vice-Presidente da Província da Bahia Dr. José Augusto Chaves n'Abertura da Assembléa Legislativa da mesma província em 01/09/1861. p. 65.

A política monetária contracionista de Salles Torres Homem à frente do Ministério da Fazenda contribuiu para recrudescer o panorama de depressão econômica que a Província da Bahia já vinha enfrentando, como visto anteriormente, em função dos efeitos da crise de 1857 e da seca que atingiu fortemente o setor de agricultura de subsistência. As medidas de Silva Ferraz, também, não surtiram o efeito esperado pelos agentes públicos e privados baianos, resultando num período de quatro anos, entre 1857 e 1861, de crise na economia regional. Segundo Calógeras (*apud* OLIVEIRA, 1993, p. 37) na Bahia: “[...] *grassava com intensidade inaudita um pulular de companhias e empresas de várias espécies, mal paradas ou não, quase todas ilusórias.*” O volume de moratórias, concordatas e falências crescia de maneira assustadora na Província da Bahia. O relatório do Banco da Bahia apresentado pelo seu Conselho de Direção em sua primeira assembleia do ano de 1861, assim se referiu à crise que a economia baiana estava enfrentando⁵:

[...] na época anormal em que a província se tem achado, as falências se sucedem com uma frequência e uma intensidade desanimadora. [...] nenhum de nós ignora a crise que tem passado e está atualmente passando não só o comércio como toda esta malfadada província da Bahia, outrora tão florescente.

O relatório do Banco da Bahia reflete o estado em que se encontrava a economia provincial após a crise internacional de 1857 e o agravamento interno, em função da instabilidade financeira provocada pela política monetária pluriemissionista e os movimentos contracionistas posteriores. Os dados apresentados na Tabela 2 sobre o desempenho da balança comercial da Província da Bahia apenas evidenciam os efeitos sobre o setor exportador, principalmente no exercício entre 1860 e 1861, quando a política monetária restritiva foi, de fato, implementada.

Os dados da corrente de comércio no período em análise complementam o quadro sobre os efeitos danosos da ocorrência de duas crises num intervalo de tempo tão curto. A corrente de comércio é o resultado da soma das exportações e importações num determinado intervalo de tempo. Com base nos dados apresentados na Tabela 2, o exercício de 1856 a 1857 teve uma corrente de

⁵ BANCO DA BAHIA. Relatório apresentado à Assembléa dos Accionistas na sua reunião de 1861 pelo seu Conselho de Direcção. Bahia: Typographia Pogetti, 1861. p. 37-38.

comércio de 38.159:745\$000 réis, enquanto o exercício de 1860 a 1861, no ápice de crise de 1860, revelou uma corrente de comércio de 22.530:526\$000 réis, o que representa uma queda aproximada de 41% em relação ao início do período em análise, evidenciando o profundo impacto negativo que essa depressão econômica provocou na estrutura produtiva e no setor de comércio e serviços da Província da Bahia.

Cumprе ressaltar que, além das duas crises econômicas, o período prolongado de seca era o único fenômeno em curso que poderia estar prejudicando as relações mercantis internacionais da Província da Bahia. Como a estiagem, no entanto, somente atingiu de maneira expressiva o segmento da agricultura de subsistência, seus resultados desastrosos pouco interferem nos dados da balança comercial e na corrente de comércio. Segundo Mattos (2011, p. 85-86):

O território baiano, especialmente as regiões norte, centro e oeste, sujeitas ao fenômeno das secas que aparecem, periodicamente, experimentavam os horrores do cataclismo, com a falta das trovoadas no sertão e o desaparecimento das chuvas. [...] O movimento com o Nordeste paralisou-se. A Bahia viu-se na contingência de suprir-se nas praças do Rio de Janeiro e de Pernambuco. A população da Cidade começava a sentir falta de gêneros alimentícios. Os primeiros reflexos apareceram com a escassez de farinha de mandioca e da carne verde, alimentação básica da população. As plantações e os animais começaram a ser dizimados.

O ambiente econômico regional, portanto, enfrentava uma seca de amplo espectro e duração que vitimava sob o flagelo da fome, a população mais pobre da Província da Bahia. Os desdobramentos da crise internacional de 1857, chegaram com atraso na praça de Salvador, reproduzindo pânico e falências. Os efeitos dessa crise ainda não tinham se dissipado por completo, quando a temerária política de liberdade monetária cobrou sua dívida, fruto do descontrole no papel emissor de moeda das instituições bancárias autorizadas. O vice-presidente da Província da Bahia, José Augusto Chaves, em fala dirigida à Assembleia Legislativa, assim se referiu à situação econômica que a economia baiana atravessava⁶:

⁶ FALLA que recitou o Vice-Presidente da Província da Bahia Dr. José Augusto Chaves n'Abertura da Assembléa Legislativa da mesma província em 01/09/1861. p. 91-92.

Este deplorável estado de cousas é igualmente oriundo da confusão financeira que reina em nosso Paiz; por quanto, não possuindo as Assembléas Provinciaes abundantes fontes de riqueza das quaes dimanem os fecundos elementos de que necessitam, são obrigadas a chamar á si grande número de impostos, que deveriam ser abandonados ás Camaras Municipaes. [...] Vêdes, portanto, que o estado financeiro da Província não é muito animador e que todo o tino e critério convém desenvolver para conjurar o mal que se antolha com tam negras cores. Não havendo o mais perfeito equilíbrio entre a receita e a despesa da Província, não é possível que marche esta com segurança nas vias do progresso e desenvolvimento; e pois todos os esforços devem ser envidados, para conseguir-se tam almejado fim.

A ascensão da economia cafeeira minimizou os efeitos da mudança brusca de política monetária nas províncias em que o café era o produto mais importante. A Província da Bahia, como já experimentava o declínio do seu principal produto de exportação, o açúcar, sentiu mais fortemente os desdobramentos desse quadro complexo de recessão. A substancial queda na corrente de comércio internacional, os relatos de profusão de falências em virtude da escassez de crédito, somados ao drama do flagelo da fome pela seca que castigou a economia baiana neste período, completam o cenário dramático vivenciado pela província.

A crise internacional de 1857 atingiu a economia brasileira como um todo, mas em virtude de particularidades regionais, as províncias não sentiram os efeitos da mesma forma e, como visto, sequer no mesmo momento. A mudança abrupta na política monetária nacional, igualmente, atingiu a todas as regiões do país, contudo, as idiossincrasias locais conduziram a resultados com intensidades distintas. Desdobramentos menos intensos ocorreram nas economias regionais fortemente atreladas à cultura cafeeira, enquanto as províncias que vivenciavam o declínio de seu maior vetor dinâmico, como era o caso da Bahia e seu principal produto de exportação, o açúcar, sofreram de maneira mais contundente esses efeitos. A Província da Bahia conseguiu se recuperar desse período recessivo por meio de um evento exógeno: a eclosão da guerra civil norte-americana.

A ausência de um evento externo que criasse um ambiente favorável para a recuperação da economia baiana, certamente resultaria num processo bem mais lento de restabelecimento da província, ainda mais por que esta enfrentava o agravante do declínio importante de seu principal produto de exportação. A dependência de fatores externos evidenciava a fragilidade do modelo primário-exportador, característico da economia brasileira e, por conseguinte, da economia

baiana. Coube à ocorrência de um significativo evento externo, a eclosão da Guerra de Secessão em 1861 nos Estados Unidos, o papel de ajudar a acelerar a recuperação da economia da Província da Bahia. A dinâmica exógena e espasmódica que caracterizou a economia baiana no transcurso do século XX⁷, apresentava seus traços iniciais em meados dos oitocentos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise internacional de 1857, originária da expansão doméstica da economia estadunidense assentada em bases frágeis, alcançou em poucos meses os principais mercados do sistema econômico mundial no decurso do século XIX. A amplificação de seus efeitos atingiu as regiões periféricas, dentre elas, o Brasil, algum tempo depois. As consequências foram registradas pela evasão de divisas, queda nas exportações, diminuição na corrente de comércio, aumento expressivo no número de falências e pânico. O quadro foi agravado pela política monetária pluriemissionista que visava a estimular o crescimento econômico nacional por meio da descentralização do papel institucional emissor, antes concentrado no Banco do Brasil. A instabilidade provocada no mercado interno pela soma da crise internacional com a política pluriemissionista levou o governo imperial a uma mudança no gabinete do Ministério da Fazenda, substituindo o liberal Souza Franco, pelo conservador Salles Torres Homem.

A introdução de uma orientação restritiva na política monetária provocou forte retração econômica em diversas regiões do país. As províncias do sudeste brasileiro, de predominante cultura cafeeira, tiveram os impactos dessa nova política monetária minimizados pela valorização internacional dos preços do café. A Província da Bahia, que neste período atravessava uma seca de grandes proporções, ainda se ressentia da queda nas exportações do açúcar em virtude da ampliação da concorrência nos mercados mundiais.

O desempenho econômico da Bahia foi severamente afetado pela combinação dos efeitos da crise de 1857, da seca e da instável política monetária do Império. A mudança abrupta da orientação pluriemissionista para a centralidade do papel emissor ao Banco do Brasil provocou o recrudescimento dos desdobramentos

⁷ GUERRA, Oswaldo; TEIXEIRA, Francisco. 50 anos de industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 10, n. 1, jun. 2000.

deletérios sobre o conjunto da estrutura produtiva e do comércio e serviços na Província. A queda expressiva na corrente de comércio exterior e os relatos de ampliação no número de falências refletem as consequências dessa soma de fatores recessivos num período demasiado curto da história econômica brasileira, em que a Bahia sofreu de maneira significativa.

A Guerra de Secessão, iniciada nos Estados Unidos em 1861, foi fundamental para a recuperação desse conturbado período recessivo na Província da Bahia. A ocorrência de um fator exógeno de grandes proporções, uma vez que se deu em uma das economias mais prósperas da segunda metade dos oitocentos, se revestiu de uma importância central para o restabelecimento do nível de atividade econômica em terras baianas. A excessiva dependência dos humores do sistema internacional se revelavam mais fortes nas regiões periféricas do mundo, onde se inseria a economia brasileira e a baiana que, por enfrentar o declínio de sua principal mercadoria de exportação, tornava-se ainda mais dependente de fatores externos. A expansão do sistema-mundo envolvia cada vez mais as diversas regiões do planeta dentro de sua dinâmica histórica de amplificação da atuação do capitalismo em escala global. O Brasil em geral, e a Bahia, em particular, enquanto áreas periféricas, sentiam mais fortemente os efeitos dessa expansão, colhendo resultados, tanto negativos, quanto positivos.

REFERÊNCIAS

ALLEN, H. C. **História dos Estados Unidos da América**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1964.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. 5. ed. São Paulo: Contraponto, 2006.

AZEVEDO, Thales de, LINS, E. Q. Vieira. **História do Banco da Bahia (1858-1958)**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1969.

BAHIA. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. **A inserção da Bahia na evolução nacional – 1ª etapa: 1850-1889 – anexo estatístico**. Salvador: Fundação Centro de Pesquisas e Estudos – CPE, 1978.

BAIROCH, Paul. **Economics & world history – myths and paradoxes**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

BASILE, Marcello Otávio. O Império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yeda (Org.). **História geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

CALMON, Francisco Marques de Góes. **Vida econômico-financeira da Bahia – elementos para a história de 1808 a 1899**. Salvador: Fundação Centro de Pesquisas e Estudos – CPE, 1978.

CALOMIRIS, Charles W.; SCHWEIKART, Larry. The panic of 1857: origins, transmission, and containment. **The Journal of Economic History**. Cambridge University Press, 1991. Disponível em:
<<http://apusths.pbworks.com/w/file/attach/82834207/Panic%20of%201857.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada – a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Unesp, 2004.

DOWBOR, Ladislau. **A formação do capitalismo dependente no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

EVANS, D. Morier. **The history of the comercial crisis, 1857-1858, and the stock Exchange panic of 1859**. Nova York: Augustus M. Kelley, 1969.

FAULKNER, Harold U. **American economic history**. 7. ed. New York: Harper & Brothers, 1954.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **Associação Comercial da Bahia – 175 anos – trajetórias e perspectivas**. 2. ed. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia/ Associação Comercial da Bahia, 2011.

GRAHAM, Richard. **A Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

GUERRA, Oswaldo; TEIXEIRA, Francisco. 50 anos de industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 10, n. 1, jun. 2000. p. 87-98.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O Banco Commercial e Agrícola no Império do Brasil: o estudo de caso de um banco comercial e emissor (1858-1862). **Revista de História**, João Pessoa: Saeculum, p. 231-259, jul./dez., 2013.

HALL, Alan Ross. **The export of capital from Britain, 1870 – 1914**. London: Methuen, 1968.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Estatísticas históricas do Brasil – séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

KINDLEBERGER, Charlie, ALIBER, Robert. **Manias, pânico e crises – a história das catástrofes econômicas mundiais**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LINHARES, Maria Yeda (Org.). **História geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

LIMA, Oliveira. **O império brasileiro (1822-1889)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Collected Works 1856-1858**. Londres: Lawrence & Wishart, 2010. (v. 15). Disponível em:
<http://www.hekmatist.com/Marx%20Engles/Marx%20&%20Engels%20Collected%20Works%20Volume%2015_%20Ka%20-%20Karl%20Marx.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2016.

MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

MATTOS, Waldemar. **Panorama econômico da Bahia (1808-1860)**. 2. ed. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, Associação Comercial da Bahia, 2011.

MAURO, Frédéric. **História econômica mundial 1790-1970**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1976.

MONT'ALEGRE, Omer. **Capital & capitalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.

OHLWEILER, Otto Alcides. **Evolução sócio-econômica do Brasil – do descobrimento à Nova República**. 2. ed. São Paulo: Editora Ortiz, 1990.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. **História de um banco – o Banco Econômico**. Salvador: Museu Eugênio Teixeira Leal, 1993.

PELÁEZ, Carlos Manuel, SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. (Col. Temas Brasileiros, 15).

POLANYI, Karl. **A grande transformação – as origens de nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PRADA, Valentin Vásquez de. **História econômica mundial II – da revolução industrial à actualidade**. Porto: Livraria Civilização Editora, 1978.

PRADO JR; Caio. **História econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ROBERTSON, R. M. **História da economia americana**. Rio de Janeiro: Record, 1967.

ROUBINI, Nouriel, MIHM, Stephen. **A economia das crises – um curso relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. **Navegação a vapor na Bahia oitocentista (1839-1894)**. Salvador: EDUFBA, 2014.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 10. ed. São Paulo: UNESP/Salvador: EDUFBA, 2001.

U.S. BUREAU OF THE CENSUS. **Historical statistics of the United States, 1789-1945**. Washington D.C., 1949.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico & civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

Fontes impressas

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)

Fallas, mensagens e relatórios de Presidentes da Província

Presidente	Ano	Documento
João Vieira Cansansão e Sinimbú	1857	Falla
Manoel Messias de Leão	1858	Falla
Francisco X. Barreto	1859	Falla
Herculano Ferreira Penna	1860	Falla
Herculano Ferreira Penna	1860	Relatório
José Augusto Chaves	1861	Falla
Antônio da Costa Pinto	1861	Falla